

Os livros. O seu futuro e a política editorial da autarquia de Matosinhos

FERNANDO ROCHA*

PALAVRAS-CHAVE: Edição municipal, Edição em papel, Edição digital, Município de Matosinhos.

KEYWORDS: Municipal publishing, Paper edition, Electronic edition, Municipality of Matosinhos.

Muito se tem escrito ao longo dos últimos anos que, com o advento e a crescente democratização do acesso às novas tecnologias, nomeadamente aos equipamentos informáticos e à internet, os livros estarão condenados a desaparecer. O suporte em papel terá os dias contados. Os números e argumentos apresentados são, de resto, bem elucidativos. Um bom exemplo é o facto do maior vendedor de livros à escala mundial através da internet – a Amazon – vender já mais títulos em *e-books* (os apelidados «livros electrónicos») do que edições «tradicionais».

Mas será que tal facto, por si só, significa que o livro está a desaparecer? Os livros tornaram-se menos atraentes? Vendem-se menos livros? Ou, não é nada disso que está em causa e quando falamos na crescente popularização das leituras electrónicas, estaremos afinal perante mais um bom exemplo de como estes novos suportes de informação vêm contribuindo para uma maior difusão da escrita? Escrita noticiosa, técnica, literária...

Sou dos que partilham de tal opinião e que entendem que o livro não está ameaçado. Até porque há toda uma dimensão e experiência sensorial, associada ao livro tradicional, que os novos suportes nunca irão, presumivelmente, conseguir igualar: o peso do livro, o tacto das suas páginas mais ou menos lustrosas, o cheiro a tinta, o deleite do percorrer dos títulos nas visitas às livrarias, o seu manuseamento e portabilidade que, ainda assim, é mais eficiente do que o dos computadores...

* Vereador da Cultura. Câmara Municipal de Matosinhos.

Em 2010, na sequência de um ciclo de debates dedicado exactamente à questão da perenidade do livro tradicional, o conhecido escritor e historiador Umberto Eco e o roteirista Jean-Claude Carrière publicaram «Não contem com o fim do livro» onde, além dos argumentos que já utilizei, sublinhavam também uma questão muitíssimo pertinente: o da própria sobrevivência física (Eco & Carrière: 2010). Os livros, sabemos bem, duram cinco séculos (aqueles que nos separam do momento em que a imprensa foi inventada). Já os electrónicos duram 10 anos. E as próprias características da vertiginosa evolução tecnológica que vimos vivendo tornam, também, muito rapidamente obsoletos os suportes. Quem há menos de uma década guardou textos em disquetes, se não teve o cuidado de os transferir para *pens* ou para (também já em «vias de extinção») cds, arrisca-se a muito provavelmente já não conseguir recuperar tais documentos.

E é também por isso que, nessa mesma obra, Umberto Eco conclui que, tal como a roda, o livro é uma invenção consolidada, a ponto das revoluções tecnológicas, anunciadas ou temidas, não terem como detê-lo.

Ora, tal perspectiva não nos impede de perceber que o livro tem (como sabiamente o fez ao longo das últimas cinco centúrias) que evoluir e se adaptar aos tempos. Num mundo tecnológico como aquele que vivemos, e no qual a imagem tem um poder avassalador, é incontornável que o livro se torne, também, em objecto científica e tecnologicamente mais evoluído. Detentor de um *design* qualificado e repositório de imagens de alta definição.

Quando responde eficazmente a tais desafios (e vem-no fazendo crescentemente) o livro tem ainda a mais-valia de se tornar ele próprio numa peça de arte, de *design*, atractiva.

«Obrigadas» pela legislação, nomeadamente pelas atribuições e obrigações confiadas às Autarquias, a «editar anais referentes à História» do concelho, a divulgar o seu Património e a valorizar a Memória da comunidade, as Autarquias portuguesas são responsáveis anualmente por um número muito significativo de edições. E de edições que, por serem de autores locais e pouco conhecidos, ou porque versam temas muito específicos do respectivo território e comunidade, estão à partida «condenadas» a não serem sucessos editoriais e representarem, por regra, uma «despesa» não reembolsável para o erário municipal. Mas não tem que ser forçosamente assim. Deixem-me, a esse propósito, partilhar a experiência de Matosinhos.

Somos uma Autarquia com uma significativa actividade editorial, lançando todos os anos – e desde há muitos anos – vários títulos. Ora, porque os livros que acabavam por registar maior sucesso e que, não raras vezes, esgotavam ao fim de alguns meses, eram aqueles que apresentavam um *design* mais cuidado e qualificado, temos vindo, por regra, a apostar nessa vertente mais «artística» das

nossas edições. O investimento inicial pode ser um pouco mais elevado, mas é um facto indesmentível – diz-nos a experiência – que tal torna o livro mais atraente e «vendável», permitindo-nos avançar também, numa percentagem muito significativa dos casos, com co-edições com editoras comerciais que, perante tais projectos editoriais, sentem que o «risco» em se envolverem numa edição municipal não é tão grande. Ora, o envolvimento com editoras comerciais é também, para nós, estratégico na medida em que, não estando a Autarquia vocacionada para uma comercialização mais «agressiva» do livro e, acima de tudo, porque não possui qualquer vocação para a distribuição livreira (e todos nós sabemos bem de como os armazéns municipais se encontram carregados de livros editados pelas autarquias que são escoados com enorme dificuldade), acaba por encontrar nessas editoras o parceiro ideal, já que este, para rentabilizar o seu envolvimento/investimento na edição, terá posteriormente que assumir a divulgação e distribuição do livro. Promovendo-o e fazendo-o chegar a locais a que muito dificilmente a Autarquia teria acesso.

Faltaria obviamente à verdade se dissesse que não apostamos, também, nas edições electrónicas. Há poucos anos editamos em cd um livro dedicado ao «Senhor de Matosinhos» cuja edição em livro registara grande sucesso e se encontrava há já vários anos esgotado. Fizemos uma nova edição em livro (revista e ampliada) à qual acrescentamos – pensávamos nós – uma mais-valia significativa: o livro incluía uma versão em cd (facto que, deveremos reconhecer, não acrescentou valores muito significativos ao custo total da edição). Mas afinal, o que pensávamos ser um motivo que poderia atrair bastantes compradores, acabou por passar bastante despercebido. A boa qualidade do papel, o belo arranjo gráfico e as grandes imagens acabariam, com efeito, por ditar muito mais o sucesso desta reedição.

Temos continuado, contudo, a apostar na edição electrónica. Mas pensada fundamentalmente para produtos mais «efémeros» e que, num curto prazo, perdem a sua actualidade. É o caso das revistas municipais. A sua distribuição electrónica, pelas dezenas de milhar de *emails* que possuímos nas nossas bases de dados de munícipes e/ou de pessoas interessadas em acompanhar a actividade e a agenda do Município, vem-se revelando como uma estratégia acertada na comunicação e igualmente na rentabilização dos nossos meios e capacidades (também financeiros) editoriais.

E porque se torna insustentável reeditar muitos dos nossos livros entretanto esgotados, estamos igualmente a equacionar a sua disponibilização, a curto prazo, através da sua digitalização e conversão em *e-books* descarregáveis a partir da página na Web da Autarquia. Daremos prioridade a livros que possuam relevantes potencialidades pedagógicas, embora estejamos conscientes (e esta é

outra prova da importância dos livros em papel e da sua incontornável permanência entre nós) de que tal plataforma não é a mais eficaz. Com efeito um recente estudo canadiano, publicado na revista «Computers & Education», veio provar que a utilização de computadores em contexto de sala de aula, se comparado com o uso de lápis e de esferográfica e papel, contribui para piores resultados na apreensão e compreensão dos temas leccionados (Sana, Weston & Cepeda: 2013). Tal constatação veio sublinhar o estudo publicado em 2013 na «Scientific American», intitulado *Why the brain prefers paper* (Porque o cérebro prefere o papel), que defende, com base na análise aos circuitos neuronais de leitura, que o leitor está menos disponível para aprender quando se encontra diante do computador do que face ao papel (Jabr: 2013). Também em 2013 um outro estudo, neste caso norueguês e publicado no «International Journal of Education Research», concluiu que numa investigação envolvendo adolescentes com 15 e 16 anos os que leram em papel impresso compreenderam melhor a informação disponibilizado do que aqueles que a leram através de um monitor de computador (Mangen, Walgermo & Brønnick: 2013).

Não! O livro em papel não está condenado a desaparecer. É uma conquista inalienável do Homem e da Civilização.

Bibliografia

- ECO, Umberto & CARRIÈRE, Jean-Claude (2010), *Não Contem com o Fim do Livro*, Rio de Janeiro, Record.
- JABR, Ferris (2013), «Why the Brain Prefers Paper»: *Scientific American*, Vol. 309, Issue 5, p. 48-53.
- MANGEN, Anne / WALGERMO, B. / Brønnick, K. (2013), “Reading linear texts on paper versus computer screen: Effects on reading comprehension”: *International Journal of Educational Research*, Vol. 58, p. 61-68.
- SANA, Faria / WESTON, Tina / CEPEDA, Nicholas J. (2013), “Laptop multitasking hinders classroom learning for both users and nearby peers”, *Computers & Education*, 62, p. 24-31.

TÍTULO: Os livros. O seu futuro e a política editorial da autarquia de Matosinhos

RESUMO: Este texto, após algumas considerações iniciais, sobre o valor e o papel do livro no mundo atual, apresenta as linhas orientadoras da edição municipal no Município de Matosinhos.

TITLE: Books: Their Future and the Editorial Policies of the Municipality of Matosinhos

ABSTRACT: The aim of this text is to make some initial remarks on the value and role of the book in the world today and present some of the publishing procedures used in the Municipality of Matosinhos.

Data de recepção / date of submission: 25.02.2014